

Resenha (Report)

NEVES, José Mario d'Avila. *A face oculta da organização: a microfísica do poder na gestão do trabalho*. Porto Alegre: Sulina, 2005.^{*}

NEVES, José Mario d'Avila. *The hidden face of organization: the microphysics of power in the management of labour*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

Cidriana Teresa Parenza^{*}
Liliane Maria dos Santos^{**}

O livro *A face oculta da organização: a microfísica do poder na gestão do trabalho*, de autoria de José Mário d'Avila Neves, apresenta uma reflexão sobre a gestão do trabalho, pautada na experiência do autor, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS). Sua trajetória profissional nessa organização possibilitou-lhe a base empírica para o referido estudo, desenvolvido a partir do Mestrado em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na obra, o autor analisa criticamente a produção da governabilidade na organização, enfocando a estrutura normativa e as práticas gerenciais. Essa análise considera o serviço público brasileiro a partir da cultura nacional e do processo histórico de constituição do Estado. Quanto ao primeiro aspecto, o autor demonstra que o “jeitinho brasileiro” impregna a cultura no serviço público, moldando a conduta dos diversos agentes que compõem a organização e conduzindo à burla e à flexibilização das normas. Em relação ao segundo, Neves argumenta no sentido de demonstrar que o Estado brasileiro não foi orientado, desde a sua constituição, a prestar serviços públicos e a garantir direitos de forma eficiente. Assim, o desempenho desses serviços, no Brasil, não pode ser pensado em termos absolutos de eficiência e ineficiência. Alternativamente, o autor defende um novo padrão de eficiência, pautado no aumento do controle social e na transparência da máquina administrativa.

Fundamentando-se, principalmente, em Bourdieu e Foucault, o estudo pressupõe a organização como um campo em que se constitui um sistema de trocas, onde diferentes forças pressionam e tensionam a produção e a renovação das normas e das práticas gerenciais. Para compreender essa dinâmica, o autor destaca a necessidade de superar a análise das formas nas quais as relações se estratificam, propondo a consideração das forças que as geram e as

^{*} Resenha recebida em 30.03.2008. Aprovada em 07.07.2008.

^{*} Assistente Social da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Porto Alegre/RS - Brasil, Mestre em Sociologia e Doutoranda em Educação na UFRGS. e-mail: cidriana@smgl.prefpoa.com.br.

^{**} Assistente Social da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Porto Alegre/RS - Brasil e Mestre em Serviço Social. E-mail: lilianasantos17@gmail.com.

sustentam. Seguindo essa orientação metodológica, o estudo aponta, por um lado, a pressão dos agentes que compõem a organização e, por outro, as forças sociais, conjunturais e estruturais, que produzem e mantêm as normas enquanto cristalização da correlação de forças presente na organização.

Na sua obra, José Mário d'Avila Neves ilustra, com dados empíricos da organização analisada, que o movimento de produção, renovação e flexibilização das normas é condição que viabiliza a governabilidade na organização. Em outras palavras, a manutenção das condições necessárias à viabilização dos objetivos da organização depende da flexibilização das normas, que se realiza através das práticas gerenciais, sem deixar “*vestígios das práticas fora da ordem*” (p. 111). Nessa perspectiva, o autor apresenta informações que evidenciam o processo de flexibilização das normas, com o exame das diferenças na aplicação de punições disciplinares e no cumprimento das jornadas de trabalho. Tal flexibilização decorre dos diferentes graus de força das diversas categorias de agentes que compõem a organização; portanto, ocorre de forma seletiva e diferenciada. O grau de diferenciação das práticas em relação às normas corresponde, por um lado, ao capital simbólico dos agentes, isto é, ao “nível de escolaridade do cargo, à área de atuação [...], às articulações sociais [...], à imagem frente à opinião pública, à posição hierárquica na estrutura da organização” (p. 73) e, por outro lado, à capacidade de ação desses agentes, ou seja, ao grau de organização, ao número de indivíduos em cada categoria e ao contexto conjuntural.

O segundo capítulo da obra em pauta aborda as atuais transformações sociais, políticas e econômicas que caracterizam o contexto histórico-social do serviço público brasileiro. A análise considera as alterações ocorridas na correlação de forças entre capital e trabalho, a introdução de novas tecnologias de produção e de gestão do trabalho, a disputa sobre a reforma do Estado – inserindo a questão da reforma administrativa – e as mudanças na sociedade brasileira nos últimos anos. Ainda nesse capítulo, é examinada a relação entre cultura nacional e produção de cultura no serviço público. No terceiro capítulo, o foco centra-se no Estado, especificamente na gestão dos recursos humanos e nas práticas gerenciais. O Estado é compreendido como viabilizador de acumulação de capital e de sustentação política, sendo os instrumentos gerenciais tratados como mecanismos que contribuem para a apropriação, em nível econômico e político, do Estado pela elite. Nos capítulos subsequentes, afunilando o campo de análise, a abordagem volta-se para a dinâmica da organização. A partir do que o autor denomina de “sistema de trocas” e “sistema de força”, é analisada a produção da governabilidade na organização. Nesse ponto, revela-se a lógica que preside essa produção: ao contrário do que seria esperado supor, o distanciamento entre as normas e as

práticas traduz-se em uma relação positiva de mútuo reforço. Ao final do livro, o autor agrega um conjunto de anexos que aprofundam a abordagem realizada ao longo da obra. Assim, são apresentados aspectos como o sistema de carreiras, o processo administrativo disciplinar e a jornada de trabalho, que podem contribuir para novos estudos sobre o serviço público brasileiro.

O estudo de Neves torna-se valioso para os assistentes sociais, tendo em vista que disponibiliza uma análise relevante no âmbito das organizações públicas estatais, as quais se constituem, majoritariamente, como campo de atuação profissional do Serviço Social. No setor público, a assistência social é um espaço privilegiado de atuação desse profissional, entretanto, a área de recursos humanos vem-se configurando, de forma crescente, como uma nova frente de trabalho. Portanto, o estudo em questão contribui para se pensar e refletir sobre a intervenção do assistente social no âmbito institucional das relações de trabalho, nas organizações públicas.